

# Braga de Macedo: “O enteado de Maastricht é o sistema financeiro”

LUCILIA TIAGO

Há precisamente 25 anos, avia de Maastricht foi palco da assinatura do Tratado que criou a União Europeia e lançou as bases para a criação de uma moeda única. Foi a primeira vez que um ministro das Finanças e não o colega dos Negócios Estrangeiros assinou um tratado, e coube a Braga de Macedo fazê-lo, por Portugal. Duas décadas e meia depois, considera que o Tratado foi um grande passo, mas cresce com um enteado (o sistema financeiro) que acabou por revelar a sua debilidade com a crise.

Há 25 anos, a CE dava lugar à UE e davam-se os primeiros passos da moeda única. Hoje, a Europa está diferente e mais dividida. Considera que algumas destas divisões foram originadas por que se avançou mais do lado monetário, pouco do lado ambiental e menos do político?

O Tratado foi assinado durante a primeira presidência portuguesa da UE e isto não é de somenos importância. Do Tratado de Maastricht tem-se dito pessimamente, mas querida daí uma nota que foi um caso do realismo bem aliado. No melhor sentido. Foi também a primeira vez que os ministros das Finanças assinaram um tratado. Antes disso eram os ministros dos Negócios Estrangeiros que o faziam. Isto foi o lado bonito. Há uma dívida fortíssima de que a ideia que mais uniu política teria sido melhor. Não era realista e continua a não ser.

Se tivesse de identificar o que não estava bem, ou não correu bem, o que escolheria? Naquela altura pensou-se que a União Monetária e Económica eram coisas que se completavam. E largamente completaram-se. Mas esqueceram-se de uma coisa: dos bancos. Os bancos não são, nem só da União Monetária nem só da União Económica, porquê? Ora até à crise da zona euro, até à criação da união bancária, havia

um divórcio total entre a União Monetária e Banco Central Europeu, a estabilidade nominal, a baixa da inflação, e o mercado único. O enteado de Maastricht é o sistema financeiro, é a banca. Porque é que isso sucedeu? Porque a composição de interesses foi tal que a Inglaterra dizia que a city tinha de se manter como centro financeiro. E por isso houve uma espécie de descompasso entre o sistema financeiro que devia acompanhar a zona euro, mas que estava baseado fora da mesma. Este aspeto para mim tem muito mais relevância prática do que um lado político. Infelizmente não foi possível à Europa fazer avanços enquanto não teve uma crise gignética, mesmo na união bancária.

Maastricht foi ambicioso? Foi. Tive um momento triunfalista por causa da queda da União Soviética e por causa do acordo entre dois líderes (o ex-vice-francês-alemão). Isto foi o novo. Mas depois temos o enteado: esqueceu-se a dimensão fundamental da ligação entre o mercado único e a moeda única que é a união bancária e o mercado de capitais. Pode dizer-se que está tudo pior na Europa? Não me parece. O mundo está diferente, porque o sistema de desenvolvimento financeiro não regulado quebrou em 2007-2008 e ainda não se levantou, particularmente na Europa.

Mesmo como um enteado, Maastricht valeu a pena? Hoje voltaria a assiná-lo o Tratado? Sim. Mas hoje não seria o mesmo tratado por causa do enteado e de novos fantasmas que o mundo tem. Por isso, só vendo.

Olhando para trás e para estes últimos anos de crise, Portugal teve mais benefícios por ter entrado no euro do que se tivesse mantido à margem? Sem qualquer dúvida. Penso que a anti-europeísmo não tem relevância em Portugal. A nossa imagem de bom aliado mantém-se com a nossa maneira de ser europeus. Obviamente que, quando há chana e não nos abrigamos, ficamos encharcados, como aconteceu em 2010-2011. Mas a consecução dos 25

PERFIL

• Jorge Braga de Macedo foi ministro das Finanças de Carlos Silva entre 1993 e 1993. É professor catedrático na Universidade Nova de Lisboa.

• Gosta de lembrar que o Tratado de Maastricht foi assinado durante a primeira presidência portuguesa da UE, nas Portugal entendido que devia ser a via holandesa a acobertar o certo.

• Em 2006 foi agraciado com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.



anos de Maastricht é Portugal europeu de corpo inteiro, tem regras que às vezes são apertadas, mas estar fora implicaria regras igualmente apertadas, eventualmente mais arbitrárias.

Com esta crise caiu uma das ideias que predominavam quando o euro foi lançado: a de que o risco da dívida soberana deixava de existir. Isto não devia ter sido previsto? É mais uma vez o enteado de Maastricht: sem a crise financeira isto não teria acontecido. Mas ninguém advinhou na altura esta crise financeira.

Diz que o enteado de Maastricht é um problema de quem assinou na altura o tratado, de quem o pensou. O risco seria o mesmo se a política relativa à concessão de crédito (que a privados quer aos públicos) tivesse sido mais cautelosa. Quando Portugal entrou para o Sistema Monetário Europeu foi a televisão e teve esta memória: “ECU em Portugal, só com rigor orçamental”. Bem, não tivemos nenhum, nunca. Mas esse foi um problema sucessivo de vários governos des-

sa altura. Estávamos muito, muito vulneráveis.

O euro e a União Monetária correm risco de colapsar? Há riscos e sempre houve, mas agora são sobretudo externos à zona (incluindo os que incidem sobre os não membros que fazem parte da união mesmo que não queiram sair), enquanto até 2012 eram tanto internos como externos.

Portugal deve fechar 2016 com o menor défice dos últimos anos. Quer comentar? Preferia não responder, porque neste momento os dados ainda não estão disponíveis.

A Europa deve estar preocupada com as decisões que estão a ser tomadas nos EMU? Neste momento estamos com um globalização a ir para trás e a partir do momento em que isso acontece, países como o nosso, que são abertos, podem sofrer muito. Receio bastante que se a globalização continuar a regressar – já há indícios disso – a boa governação diminuirá.

## Dualidade de critérios prejudica zona euro

**ANEXO** Crise económica fez que FMI pedisse para que os critérios do Tratado de Maastricht, de adesão ao euro, fossem alargados

A pequena cidade holandesa de Maastricht ficou na história desde que, a 7 de fevereiro de 1992, representantes dos 12 países da então Comunidade Económica Europeia (CEE) se reuniram junto às margens do rio Mosa, para assinar o tratado fundador que converteu a CEE em União Europeia. Maastricht é, desde há 25 anos, vista como a cidade berço do bloco europeu como hoje o consideramos, da nacionalidade europeia e da moeda única.

O euro nasceu para fortalecer a economia europeia e o Banco Central Europeu criado, como organismo independente, para garantir a estabilidade da moeda única.

Os critérios da adesão ao euro indicavam a obrigatoriedade de uma taxa de inflação não superior a 1,5 pontos percentuais acima da média dos três países com melhores taxas; por outro lado, o défice público não poderia ser superior a 3% do produto interno bruto e a dívida maior do que 60% do PIB. A moeda do país que queria aderir ao euro não pode ter desvalorizado nos anos anteriores à adesão e, por último, as taxas de juro longo prazo não podem ser mais do que dois pontos percentuais acima do valor médio da inflação dos três países com valores mais baixos.

Logo no primeiro relatório após a assinatura do Tratado, em 1996, só três países cumpriam os critérios, o que atrasou a entrada da moeda única. Uma década depois, e com uma crise profunda a assolar a economia europeia, o FMI veio apelar a que os critérios fossem alargados, já que nem os países da zona euro os conseguiam cumprir.

A Alemanha, por exemplo, tem tido nos últimos anos uma balança comercial demasiado excedentária sem qualquer tipo de punição. O príncipe Michael Löschner, então fundador da consultora de geopolítica internacional GS, num artigo de opinião publicado na página da organização, considerou que “o euro, criado com grande entusiasmo, é agora amplamente visto como um falhanço” sobretudo, justifica, porque “não foi introduzido com base em razões económicas”, mas seguindo uma agenda política.

MANUELA VIEIRA

## “A estabilidade da zona euro é, acima de tudo, uma questão política”

**Moeda.** Criado com Maastricht, para sustentar a Alemanha, o euro tem enfrentado várias crises. Possível novo embaixador dos EUA para a UE diz que moeda única pode acabar em 18 meses

PATRICIA VIEGAS

No final de janeiro, em entrevista à BBC, Ted Malloch, o nome de quem todos falam para embaixador dos Estados Unidos na União Europeia (e que o Parlamento Europeu rejeita), afirmou que o euro poderá colapsar no espaço de um ano e meio. Não se sabe muito bem em que é que o ex-professor de Oxford, fluente em línguas francesa e alemã, se baseia para fazer tal previsão, mas o certo é que, ao longo dos anos, sobretudo os últimos, os da crise e dos negates, a moeda única europeia – instituída com o Tratado de Maastricht há 25 anos – deu vários sinais de fraqueza.

Em ano de eleições-chave na Holanda, França e Alemanha, e em que os populistas, nacionalistas e euro-céticos sobem o lobo visnos nas intenções de voto, as reformas que muitos julgam necessárias na zona euro, como o primeiro-ministro português, António Costa, poderão ser difíceis de aprovar. Isto para já não falar na saída do Reino Unido da UE, o chamado *brexit*, processo que a primeira-ministra britânica, Theresa May, diz querer ver aprovado pelo Parlamento para que, até final de março, possa ativar o artigo 50.º do Tratado de Lisboa sobre a saída de um país da UE.

“A estabilidade da zona euro é, acima de tudo, uma questão política. A dívida é uma união monetária de Estados soberanos. Especialmente a falência da moeda é, em última análise, especular sobre desfechos políticos”, diz ao DN Gunttram Wolff, diretor do *think tank* Bruegel. “Num nível simbólico, o falhanço da zona euro seria equivalente ao falhanço do projeto europeu, alimentando ainda mais o consenso já existente entre os partidos eurocéticos dos países da UE. Os líderes e os políticos da UE sabem disto e estão conscientes do perigo de ruína da zona euro”, afirma, por seu lado, Teresa Pullano, professora do Institute for European Global Studies da Universidade de Basileia na Suíça.

A questão do euro nunca foi pacífica desde a sua criação até aos dias de hoje. Apesar de terem assinado o Tratado de Maastricht, faz hoje 25 anos, Reino Unido e Dinamarca ficaram de fora de uma união monetária que, atualmente, conta com 19 dos 28 Estados membros da UE. No Reino Unido, por exemplo, o deba-

te sobre a moeda única levou a um golpe interno no Partido Conservador que acabaria por afastar do poder a primeira-ministra Margaret Thatcher. O seu sucessor, John Major, conseguiu um *opting-out* para os britânicos, mas nem assim se viu votado de vitórias embaraçosas contra o Parlamento desencadeadas pelos chamados *Rebeldes de Maastricht*. A Dinamarca, após rejeição em referendo do Tratado na qual a cidade holandesa, conseguiu um *opting-out* também através do chamado acordo de Eftelingburg. Foi assim que se arranjou de tratado poder ser ratificado por todos e entrar em vigor no dia 1 de novembro de 1993.

Na base da ideia da moeda única terá estado a vontade francesa de controlar os alemães, uma vez que,

depois de reunificada após a queda do Muro de Berlim, a Alemanha fortalecia-se. “Sem uma moeda comum estamos subfinanciados à vontade da Alemanha”, disse o então presidente francês François Mitterrand à então primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, em 1989,

segundo conta Hans Kundratz no livro *The Paradox of German Power*. O curioso foi que mesmo com a moeda comum os alemães se revelaram os mais fortes da zona euro. “É correto que a política económica da Alemanha dos últimos 15 anos colocou a Alemanha numa situação em que beneficia muito do euro. Em contraste, por exemplo, com as decisões de Itália, que ao longo dos mesmos últimos 15 anos enfraqueceram a posição de Itália na zona euro. É imperativo ultrapassar as divergências estruturais entre Norte e Sul”, sublinha Wolff, enquanto Teresa Pullano, embora reconhecendo que o euro teve como modelo o marco alemão, refere que “o principal problema é a falta de políticas para implementar e sustentar a moeda única”.

**Na base da ideia da moeda única terá estado a vontade francesa de controlar os alemães, uma vez que a Alemanha reunificada se fortalecia**

### VIVER MELHOR LISBOA

**REQUALIFICAÇÃO ENTRECAMPOS E ZONA ENVOLVENTE**

**Circulação do trânsito alterada**

Com o objetivo de promover uma melhor circulação automóvel na zona do Campo Grande/Entrecampos, foram implementadas algumas alterações na circulação.

**Destaca-se a alteração no sentido Norte-Sul em direção a Entrecampos/Avenida das Forças Armadas, devendo a partir de agora o trânsito processar-se pela faixa central.**

A Câmara Municipal de Lisboa apelou à compreensão dos automobilistas e informa que estas alterações se destinam a um melhor ordenamento da circulação rodoviária na cidade, promovendo maior fluidez do tráfego e maior segurança para a circulação pedonal.